

Fiúza diz que Orçamento induz ao fisiologismo

RECIFE — O deputado Ricardinho Fiúza (PFL-PE), um dos investigados pela CPI, disse ontem que o modelo de discussão e aprovação do Orçamento da União induz ao fisiologismo. Ele afirmou ainda que a CPI da máfia do Orçamento mostrará o amadurecimento político do país, que “agora já não manda para a cadeia somente os ladrões de galinha, que roubam para sustentar suas famílias”. Fiúza se excluiu do grupo de deputados que considera “em dificuldades para explicar suas ações”. E assegurou que não será cassado e que vai disputar a reeleição.

— É absolutamente fácil me defender, pois onde há verdade, não há dificuldade. Vou exigir que a CPI apure tudo e não sossegarei enquanto eles não declararem publicamente que nada

tenho a ver com isso — afirmou.

Fiúza garantiu que vai provar que não é responsável por nenhuma mudança no Orçamento após sua aprovação em 1991. Ele desafiou qualquer membro da CPI a indicar algum cheque dos acusados no escândalo do Orçamento em suas contas bancárias.

— Já pus tudo à disposição da CPI, as minhas contas bancárias, as de minha mulher, dos meus filhos e de minhas empresas nos últimos dez anos. Coloquei também, para análise, a evolução do capital de minhas fazendas e até o momento nada acharam de errado — disse ele, acrescentando que, como não encontraram depósitos duvidosos em suas contas, agora decidi-

ram investigar a Sudene.

Fiúza confirmou que tem projetos aprovados pela Sudene, todos, segundo ele, devidamente fiscalizados pela autarquia. E defendeu-se:

— Eu não fiquei rico às custas da Sudene. Comecei minha vida como motorista de táxi e aos 22 anos comprei minha primeira fazenda, no município de Caruaru — disse o deputado.

A Sudene informou ontem que Fiúza teve três projetos aprovados pela autarquia, todos no Maranhão. São eles: a Empreendimentos Agroindustriais Grajaú S.A.; a Agropastoril Catanhede; e a Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários.

O superintendente adjunto da Sudene, Eliezer Menezes, disse que os projetos foram aprovados antes da norma constitucional

que proíbe acesso de senadores e deputados aos incentivos fiscais administrados pela autarquia. O início da implantação do mais recente data de 1985, de acordo com a Sudene.

— Não me considero um político honesto, tenho certeza de que sou. Se fiquei rico, foi às custas do meu trabalho e da minha família.

Fiúza assegurou que sempre estará à disposição da CPI:

— Eu vou por conta própria, pedi para voltar às comissões técnicas, pois quero que o assunto seja esgotado profundamente.

E acrescentou:

— Eu estou sendo acusado de ouvi dizer. José Carlos Alves dos Santos afirma que ouviu o deputado João Alves dizer que eu sabia do esquema.